



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
COORDENAÇÃO DA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA

ANDRESSA RIBEIRO ARAUJO

**O MUNICÍPIO DE ALIANÇA DO TOCANTINS: UM ESTUDO SOBRE O
COMPORTAMENTO DOS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS**

PALMAS/TO
2019

ANDRESSA RIBEIRO ARAUJO

**O MUNICÍPIO DE ALIANÇA DO TOCANTINS: UM ESTUDO SOBRE O
COMPORTAMENTO DOS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas, como exigência à obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Joseane Ribeiro De Menezes Granja Junior.

PALMAS/TO
2019

ARAUJO, Andressa Ribeiro.

**O MUNICÍPIO DE ALIANÇA DO TOCANTINS: UM ESTUDO SOBRE O
COMPORTAMENTO DOS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS /**

Andressa Ribeiro Araújo – Palmas, 2019. 51 F.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia
em Gestão Pública) Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Tocantins – Campus Palmas, 2019.

Orientador: Prof. Msc. Joseane Ribeiro De M. Granja Junior

1. Aliança

2. Desenvolvimento

3. População

1. Social

2. Econômico

ANDRESSA RIBEIRO ARAUJO

**O MUNICÍPIO DE ALIANÇA DO TOCANTINS: UM ESTUDO SOBRE O
COMPORTAMENTO DOS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Tecnologia em Gestão Pública do Instituto
Federal do Tocantins – Campus Palmas,
como exigência à obtenção do grau de
Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em: 06 / 12 / 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Msc. Joseane Ribeiro De Menezes Granja Junior
Presidente e Orientador

Prof. Dr. Clauber Rosanova
Membro da Banca Examinadora

Prof. Msc. Ana Carolina Nogueira Falcão
Membro da Banca Examinadora

A toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida. Por acreditarem e investirem em mim.

AGRADECIMENTOS.

A minha família, que estiveram do meu lado e me apoiaram em todo o processo, me dando força e coragem para não desistir desta fase da minha vida, em especial minha prima Gabriella Weber.

Ao Instituição Federal do Tocantins – *Campus* Palmas, por me proporcionar um ambiente agradável de estudo, com um corpo docente composto por professores qualificados.

Agradeço aos bons professores, que estiveram comigo nessa caminhada, por me ensinaram além de conteúdos programáticos, assuntos cotidianos da prática do curso de gestão pública, por todo o conhecimento repassado por eles.

Ao meu orientador, professor Granja Junior, por me orientar, me compreender e me incentivar em um dos momentos mais delicados da vida.

Agradeço imensamente aos professores Prof. Dr. Claubert Rosanova e Prof. Msc. Ana Carolina Nogueira Falcão, banca examinadora, que prontamente aceitaram o convite.

A todos, meu muito obrigada.

Desistir não é nobre. E arduamente, não desistimos.

(Caio Fernando Abreu)

RESUMO

O município de Aliança do Tocantins está entre os menores da região sul do estado. Observando a CF, um dos seus objetivos é garantir o desenvolvimento, justamente isso que o trabalho visa analisar, o desenvolvimento regional em Aliança. Para conseguir fazer essa pesquisa, o trabalho foi dividido em indicadores econômicos e sociais, com um estudo no período de 2009 a 2016. Quanto a metodologia, esse tem um estudo no campo da pesquisa bibliográfica, tanto que os dados foram apanhados no site do IBGE, Firjan de Gestão Fiscal e Desenvolvimento municipal, além disso foi verificado uma pesquisa exploratória e descritiva. Com isso foram recolhidos os itens de PIB, número de empresas e salário médio como índice econômico, neste caso foi analisado juntamente com a Firjan de Gestão fiscal, já nos indicadores sociais tem-se o número de escolas e aqui se utiliza o Firjan de desenvolvimento municipal, e por fim ainda no social, um estudo de como a população reagiu ao longo desses oito anos de pesquisa.

Palavras-chave: Aliança do Tocantins, desenvolvimento, indicadores.

ABSTRACT

The town of Aliança do Tocantins is among the smallest of the state's southern region. Watching the CF, one of its goals is to ensure the development and precisely for that, the work seek analyze the regional development of Aliança. To be able to do this research, the work has been split in economic and social indicators, with a study on the period between 2009 and 2016. About the methodology, this has a study on the bibliographic research field, so much that the data were caught on the IBGE site, Firjan of Fiscal Management and Municipal development and beyond that, a descriptive exploratory research was verified. With this, PIB itens, number of companies and medium salary were taken as economic indicators, on this case it was analyzed along with Firjan of Fiscal Management. on the social indicators it has the number of schools and here its used the Firjan of Municipal Menagement and finaly, still on the social, it was made an study of how the population has react on this eight years of research.

Keywords: Aliança of Tocantins, development, indicators

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Classificação do sistema FIRJAN de Gestão Fiscal.....	19
Figura 2: Classificação do sistema FIRJAN de Desenvolvimento Municipal	20
Figura 3: Ciclo das Políticas Públicas	27
Figura 4: Mapa do Município de Aliança do Tocantins.....	31
Figura 5: Mapa do Tocantins.....	32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2: Número de Empresas	35
Gráfico 3: Salário Médio	35
Gráfico 4: PIB	37
Gráfico 5: IFGF	40
Gráfico 6: Número de Escolas.....	42
Gráfico 7: IFDM - Educação	43
Gráfico 8: População	44
Quadro 1: Etapas do Crescimento Econômico.....	24
Quadro 2: Modelos de Gestão	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Indicadores Econômicos	34
Tabela 2: PIB.....	36
Tabela 3: Salario X PIB	38
Tabela 4: Firjan de Gestão Fiscal.....	39
Tabela 5: Indicadores Sociais	41

LISTA DE SIGLAS

ART.	Artigo
CF	Constituição Federal
FIRJAN	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IFGF	Índice Firjan de Gestão Fiscal
LOA	Lei Orçamentaria Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
STN	Secretaria de Tesouro Nacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMÁTICA.....	15
1.2 OBJETIVOS	16
1.2.1 Objetivo Geral.....	16
1.2.2 Objetivos Específicos	16
2. METODOLOGIA.....	17
2.1 FIRJAN: GESTÃO FISCAL.....	19
2.2 FIRJAN: DESENVOLVIMENTO.....	20
2.3 IBGE	20
3. REFERENCIAL TEÓRICO	21
3.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	21
3.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	22
3.3 CRESCIMENTO ECONÔMICO	23
3.4 POLÍTICA PÚBLICA	25
3.5 GESTÃO PÚBLICA.....	28
3.6 ALIANÇA DO TOCANTINS.....	31
4. DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	34
4.1 ÍNDICE ECONÔMICO	34
4.1.1 Salário X PIB	37
4.1.2 Firjan De Gestão Fiscal	39
4.2 INDICADORES SOCIAIS	41
4.2.1 População	43
5. CONSIDERAÇÕES	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47

1. INTRODUÇÃO

Aliança do Tocantins se trata hoje, de um dos menores municípios da região sul tocaninense em expansão, conta com um total de 5.671 habitantes de acordo o ultimo senso do IBGE (2010). Foi estudado e analisado o desempenho regional, quanto aos indicadores econômicos e sociais, do referente município para identificar se houve ou não desenvolvimento no período de 2009 a 2016,

Em termo legal, a Constituição Federal do Brasil de 88 (CF), traz em seu Art. 3º que diz respeito aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, especificamente, no inciso II - garantir o desenvolvimento nacional. Deste modo, cabe a todas esferas públicas sendo ela Federal, Estadual ou Municipal certificar-se ao cumprimento da lei citada.

Além do município ter como um dos seus objetivos garantir o desenvolvimento tanto econômico (bem-estar econômico e social) quanto regional (são as melhorias que o gestor proporcional a cidade). O administrador tem o dever de planejar políticas públicas para oferecer tal desenvolvimento, para isso a cidade há uma necessidade de um crescimento econômico (aumento na quantidade de produtos e serviços pela população), porém ambos os termos não estão correlacionados.

No presente trabalho foi medido justamente os indicadores econômicos, tendo o PIB um deles, para aferir o crescimento econômico da região em relação à média do salário mínimo. Como forma de averiguar a desigualdade social, pois o gestor tem também o deve de reduzir tal índice segundo a lei orçamentaria.

O desenvolvimento regional de um país ou estados-nação é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população. Ou seja, deve se medir a atividade econômica local e o grau de riqueza da região. Quanto maior a produção, maior será o consumo ou investimento, ocorrendo assim o desenvolvimento regional, de acordo com Bresser Pereira (2008).

Em geral, tem-se o hábito de referir ao progresso de uma cidade como forma de desenvolvimento. Constantemente, quando pretende demonstrar à população, que um determinado município está evoluindo, analisam-se os indicadores econômicos e sociais.

Ao analisar os estudos já feitos no município foi identificado que o município não é muito explorado, um dos motivos para o aprofundamento da pesquisa e ainda.

E ainda, tem como intuito criar uma análise sobre o desenvolvimento do município de Aliança do Tocantins mediante os indicadores econômicos e sociais, assegurando o progresso municipal, que reflete de modo geral a sociedade.

Deste modo, a pesquisa foi de grande relevância, pois foi analisado o desenvolvimento econômico e regional de Aliança do Tocantins, no intuito de identificar se está ocorrendo ou não desenvolvimento da sua região, crescimento do PIB e desigualdade no decorrer dos anos.

O presente trabalho tem o público alvo na sociedade de Aliança do Tocantins, para que os mesmos fiquem atentos nas políticas públicas que são discutidas e executadas de modo geral, mas especialmente em relação ao desenvolvimento do município. E ainda na economia do município e no crescimento da produção e serviços da própria população

Como o objetivo é analisar dos indicadores econômicos e sociais no contexto do desenvolvimento em Aliança do Tocantins no período de 2009 a 2016. Neste ambiente, foram utilizados como meio de estudo os relatórios disponibilizados no site do FIRJAN de gestão fiscal e desenvolvimento municipal, para a retirada de dados dos índices de IFGF, IFDM, de investimentos e educação, de acordo com a metodologia do próprio sistema. E ainda o site do IBGE com os dados do PIB, o número de escolas e empresas do município para melhor contribuição ao trabalho.

1.1 PROBLEMÁTICA

Sob essa ótica, a presente pesquisa levanta a seguinte indagação:

“Qual comportamento dos indicadores econômicos e sociais no contexto do desenvolvimento regional no município de Aliança do Tocantins no período de 2009 a 2016?”

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar os indicadores econômicos e sociais no contexto do desenvolvimento em Aliança do Tocantins no período de 2009 a 2016.

1.2.2 Objetivos Específicos

Evidenciar as teorias de desenvolvimento regional, indicadores econômicos e sociais, no município de Aliança do Tocantins.

Caracterizar os índices econômicos e sociais do município de Aliança do Tocantins no período de 2009 a 2016.

Mostrar o comportamento dos indicadores econômicos e sociais dentro do contexto de desenvolvimento entre 2009 a 2016.

2. METODOLOGIA

Conforme Gil (2010) a pesquisa científica baseia-se em procedimentos sistemáticos com o intuito de solucionar as questões propostas em um problema definido, sendo desenvolvida por meio de métodos, técnicas, conceitos e procedimentos científicos abrangendo nesse processo inúmeras fases, que vão desde a formulação do problema até a apresentação dos resultados.

Segundo Oliveira (2002) método é o modo de pensar para chegar até a essência de um problema pré-estabelecido, seja para estudar ou explicar o mesmo. Já de acordo Marconi e Lakatos (2010) métodos são o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que concedem ao pesquisador atingir a finalidade da pesquisa, estabelecendo o percurso a ser realizado verificando os erros e auxiliando em suas decisões.

Deste modo, para cada objetivo será usado um instrumento para seu desenvolvimento, assim, para o determinado caso pesquisado os seguintes métodos foram, com base nos procedimentos técnicos: será utilizada a pesquisa bibliográfica, e com base em seus objetivos os métodos de pesquisa utilizados foram o exploratório e o descritivo. Na primeira fase da pesquisa foi utilizado o método em sua natureza, que são baseadas em procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 182):

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.

Em relação aos dados coletados na internet, é importante atentar à confiabilidade e fidelidade das fontes estudadas. Na pesquisa bibliográfica, é pertinente que o pesquisador averigüe a veracidade das informações obtidas, atentando as possíveis incoerências ou contradições que possam apresentar, de acordo com Prodanov & Freitas (2013).

Na segunda fase, com base nos objetivos temos a pesquisa exploratória que conforme Cervo e Bervian (2007) a pesquisa exploratória é indicada quando há pouco entendimento sobre o problema em estudo, esta forma de pesquisa busca também explicações precisas dos elementos inclusos na situação buscando trazer com uma riqueza de detalhes os motivos dos problemas pesquisados.

A pesquisa foi desenvolvida de forma exploratória, devido não haver muitos trabalhos acerca do problema citado, procurou-se trazer maior familiaridade e esclarecimento sobre o problema considerado relevante em relação ao comportamento dos indicadores econômicos e sociais no contexto do desenvolvimento de Aliança do Tocantins no período temporal de 2009 a 2016.

Nessa óptica, a pesquisa sob desenvolvimento busca obter conhecimentos e informações sobre os indicadores econômicos e sociais do município de Aliança do Tocantins em portais de transparência, documentos e artigos publicados na internet. Com base nos objetivos da pesquisa caracteriza-se por descritiva, que para Gil (2002, p. 42):

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Assim, este momento será caracterizado por analisar as teorias de desenvolvimento regional e também o município em todos os aspectos. Nesse contexto, “estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” Gil (2002, p. 41). Ou seja, a pesquisa descritiva nos mostrará o comportamento dos indicadores dentro do contexto de desenvolvimento regional.

Área de realização da pesquisa foi o município de Aliança do Tocantins, que está localizado ao sul do Estado do Tocantins, na mesorregião Ocidental do Tocantins e na microrregião de Gurupi.

Após o estudo teórico as informações foram analisadas e interpretadas, tendo como base a análise textual, temática, interpretativa a problematização e síntese pessoal, segundo Severino (2007). Possibilitando a criação de papeis de trabalho que possam auxiliar no desenvolvimento da pesquisa.

Após o levantamento dos dados, foi feita uma análise identificando os pontos positivos e negativos, relatando a importância dos mesmos para a compreensão do tema em estudo. E posterior organização de todos os dados em forma de gráficos e tabelas.

2.1 FIRJAN: GESTÃO FISCAL

De acordo com FIRJAN Gestão Fiscal, para seus indicadores são utilizados três métodos: Em primeiro, tem a base de dados onde os municípios encaminham suas contas para a Secretaria de Tesouro Nacional (STN) para ser cumprida a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Deste modo a ferramenta consolida todas informações contábeis, financeiras e estatísticas fiscais. (IFGF, 2016)

Subsequentemente, a segunda etapa, consiste na restrição orçamentária das prefeituras brasileiras: (1) assim como qualquer setor econômico, o governo municipal deve ter sua despesa igual suas receitas. (2) as fontes de financiamento dos municípios são: receita corrente; o endividamento evidenciado pela variação da dívida; e o artifício da postergação que é contabilizado por meio dos Restos a Pagar. (3) despesas classificadas como: despesas correntes primárias (DC) que engloba pagamento de pessoal e custeio; encargos da dívida pública; e Investimentos. (IFGF, 2016). De acordo o site, a partir dessa restrição orçamentária, foram elaborados os indicadores que permitem acompanhar anualmente a gestão fiscal dos municípios brasileiros.

E em terceiro e não menos importante no site IFGF, 2016, temos as fórmulas de cálculo que na qual é possível calcular: Receita Própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida. Os resultados podem variar de 0,0 a 1,0 como podemos observar na figura 01:

Figura 1: Classificação do sistema FIRJAN de Gestão Fiscal



Fonte: Retirado do site, Firjan Gestão Fiscal

2.2 FIRJAN: DESENVOLVIMENTO

O índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM, compromete-se a monitorar o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, tendo em vista três áreas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde, deste modo o IFDM consolida o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes. (IFDM, 2016). Os resultados podem variar de 0,0 a 1,0 como podemos observar na figura 02:

Figura 2: Classificação do sistema FIRJAN de Desenvolvimento Municipal



Fonte: Retirado do Anexo metodológico, Firjan Desenvolvimento Municipal

2.3 IBGE

O site IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, contribuirá com informações para que seja desenvolvido o trabalho de fomento. Neste contexto estão relacionados a seguir:

- POPULAÇÃO
- TRABALHO E RENDIMENTO
- EDUCAÇÃO
- ECONOMIA
- SAÚDE
- TERRITÓRIO E AMBIENTE

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Desenvolvimento econômico é uma expressão utilizada nas ciências econômicas, este que está sujeito a várias interpretações fundamentado no pensamento de cada academia econômica em si, segundo Vieira (2016). Conforme Vasconcellos e Garcia (2008, p. 255) o desenvolvimento econômico é:

Um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

De acordo com Bresser-Pereira (2006), o desenvolvimento econômico é um acontecimento histórico que ocorre em países ou estados-nação que formalizam sua revolução capitalista através do crescimento sustentado da produtividade ou da receita auferida por pessoa, seguido de um processo de ampliação de capital e integração de progresso técnico.

Segundo Vieira (2016) pode ser visto também como a ampliação da renda nacional durante um período de tempo prolongado ou aumento da renda per capita de determinado período de tempo. Já para outros, é dado como a ampliação da renda nacional e o seu vínculo com o bem-estar social este que pode ser avaliado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Segundo o mesmo autor, o estudo do desenvolvimento econômico tem tratado de muitas outras variáveis que influenciam não apenas a economia, mas também a sociedade em geral. Para Sen (2000, p.18) o desenvolvimento econômico está fundamentado na autonomia que o indivíduo dispõe em determinada economia:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. Apesar de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez até mesmo à maioria. (SEN, Amartya K. 2000 p. 18).

Segundo Matias-Pereira (2010) a elaboração do desenvolvimento econômico tem como finalidades: ampliar a renda, a oferta de empregos, a redução dos desníveis regionais, aprimorar a distribuição de rendas, expandir a produtividade do setor agrícola, incentivar a ocupação territorial, a integração nacional e a análise dos recursos naturais alcançando níveis apropriados de segurança e bem-estar social.

3.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Segundo Ferreira (2001) desenvolvimento é a prática ou a consequência de desenvolver, referindo-se a fornecer, crescer, complementar e progredir. Em condições de gestão é esclarecido como um método ágil, acarretando em modificações, evoluções, crescimento e avanço.

Para Gremaud (2007), crescimento econômico é o aumento quantitativo da produção de forma constante a longo prazo. Já o desenvolvimento compreende a ampliação da produção tendo avanços significativos na qualidade de vida habitacional. Portanto, o desenvolvimento tem relação as melhorias à população.

O desenvolvimento regional, segundo Matias-Pereira (2010) intenciona a permissão de uma visão ampla do desenvolvimento econômico. Com a finalidade que determina metas coerentes com a produção, de forma focada e compatível com a região ou localidade objeto de estudo.

De acordo Jará (1998) o desenvolvimento regional submete-se, tanto dos recursos próprios e de suas competências, quanto da relação econômicas e sociais e dos elos políticos com outras regiões. “A atividade econômica é implementada por meio de diversas formas de organização, considerando que bens e sérvios são produzidos pelas unidades familiares, por empresas e pelo Estado” segundo Matias-Pereira (2010, p.118).

Segundo Brasil (2011) o gestor público, no âmbito municipal, deve identificar quais os fatores/características essenciais no processo de modificação local e consequentemente do desenvolvimento regional. Tendo como relevância reconhecer quais são as potencialidades municipal e os atores sociais envolvidos para que se tenha um diagnóstico dos problemas e necessidades para assim elaborar estratégia. Ainda sob a ótica do autor, é necessário identificar quais são as potencialidades locais e os atores sociais implicados para que se possam diagnosticar os problemas e necessidades para assim elaborar as estratégias.

De acordo com Matias-Pereira (2010) expõe que o maior desafio do Estado e consequentemente do Governo, é promover o desenvolvimento econômico e social em um espaço de constantes mudanças. Sendo essencial aos governos de todas as esferas sendo federais, estaduais e municipais e nas administrações públicas repesarem as questões de governo e modelo de gestão pública criando métodos para

ampliar e melhorar o relacionamento com a população. Segundo Martinez e Oliveira (2013, p. 303).

O desenvolvimento é um processo complexo e almejado historicamente por todas as nações do mundo, cujas interfaces demandam, para sua devida compreensão e implementação, significativa mudança na cultura das sociedades.

De acordo a afirmação de Joyal (2002) o desenvolvimento local simplesmente é um meio em que os representantes locais de todos os setores tais eles sendo privado, público ou associativos, visando atingir a valorização dos recursos humanos, técnicos e financeiros de controle de uma coletividade, e a finalidade nada mais é do que o crescimento da economia local. Para Martinez E Oliveira (2013, p. 306).

[...] o desenvolvimento local nasce com uma proposta para incentivar o desenvolvimento econômico, com base endógena e políticas que atendam às especificidades locais, às diversas necessidades, buscando diminuir as desigualdades sociais que se arrastam por diversos anos. Vislumbra trabalhar ações participativas que sejam ao mesmo tempo integradas e sistêmicas, ou seja, que atendam aos interesses coletivos e individuais.

Sendo assim, ao discutir sobre desenvolvimento de uma região específica, deve-se ter como conhecimento o conceito de desenvolvimento regional. As teorias de relevância que abordam esse tema fundamentam-se na industrialização como uma técnica para atingi-lo, por meio de relações em cadeia, visando estimular as principais atividades econômicas da região estudada, segundo Cavalcante (2008).

3.3 CRESCIMENTO ECONÔMICO

De acordo com Santos (2018), a definição de crescimento é distinta da de desenvolvimento pois provoca um crescimento quantitativo da produção, tendo como resultado uma expansão na qualidade de vida e do patrimônio do país, contudo não há o cuidado com a melhoria no cenário de vida da sociedade.

Ainda segundo o mesmo autor, para que exista o crescimento é indispensável avanços tecnológicos que induzam ao aumento da produtividade, por isso é contrário ao desenvolvimento, que além de ter o crescimento a qualidade de vida da sociedade é um fator muito importante.

O crescimento econômico representa o aumento na quantidade de produtos e serviços realizados por certa população entre um período de tempo. A análise do crescimento econômico é feita através do Produto Interno Bruto (PIB) ou por meio do Produto nacional Bruto (PNB), de acordo com Santos (2018).

Conforme Santos (2018), o economista e político norte-americano, W. Rostow, identificou em uma de suas obras as cinco etapas primordiais no processo de crescimento econômico, que serão descritas no quadro 01 a seguir:

Quadro 1: Etapas do Crescimento Econômico

ETAPAS	DESCRIÇÃO
1º - A sociedade tradicional	Neste período a economia era caracterizada principalmente pela economia de subsistência.
2º - As condições prévias do arranque	Fase de mudança onde se dá o estímulo da especialização do trabalho e a criação de excedentes para comercialização.
3º - O arranque (<i>take off</i>)	Crescimento da industrialização com a crescente transferência de trabalhadores da agricultura para a indústria.
4º - A maturidade	Sucede da diversificação das atividades econômicas devido à inovação tecnológica.
5º - O consumo de massa	A economia avança para o consumo em massa e leva ao crescimento da indústria dos bens de consumo.

Fonte: Própria Autora (2018), com base em Santos (2018).

Segundo MaxiEduca (2016), o objetivo do crescimento econômico é mensurar a atividade econômica e a o nível patrimonial de uma região, deduz-se que quanto mais produz, mais será consumido, investido e vendido. São considerados como fatores do crescimento econômico: I. a disponibilidade de recursos produtivos; II. a produtividade; e III. A atitude da sociedade em relação a poupança.

3.4 POLÍTICA PÚBLICA

Para Matias-Pereira (2010), a Ciência Política procura explorar os fatos, ações e funcionamento das organizações e avaliar os efeitos das ações e das políticas implantadas. Conforme o mesmo autor, política refere-se a uma atividade humana relacionada ao poder. Esta procura atender a necessidade de interesses diversificados que possam ser acordados por meio de procedimentos institucionais e pacíficos. Política "(...) é derivada do adjetivo de polis – *politikós* -, que significa tudo o que se refere à cidade e, por decorrência, o que é urbano, civil, político, inclusive sociável e social" de acordo com Matias-Pereira (2010, p. 12).

Desta forma, política é assimilada como ações que buscam a harmonia de interesses conflitantes em uma parte de governo, tendo como propósito o consenso entre as partes segundo Brasil (2011). Além disso Matias-Pereira (2010), também, evidencia política como uma atividade a se confundir com governo, pois se relaciona de modo direto com os estados.

Políticas públicas são ferramentas primordiais dos governos para lutar pelo êxito, exercício e preservação do poder político e também como mecanismos para a intervenção social no contexto de correção das falhas de mercado, segundo Matias-Pereira (2010). O mesmo autor, esclarece que as políticas públicas são identificadas como o agrupamento de disposições, medidas e procedimentos que assemelham ao sentido de política do Estado, e estabelecem atividades governamentais no que refere às tarefas de interesse Público.

De acordo Brasil (2011), para compreender as políticas públicas é essencial compreender a Análise das Políticas Públicas (*Policy Analysis*). Conforme Rua (2009) a Análise das Políticas Públicas tem por finalidade melhorar o consentimento sobre política e sobre o processo político, de maneira a expor propostas e aperfeiçoamento das políticas públicas.

Frey (2000) explica que são fundamentações importantes da política para Análise das Políticas Públicas (*Policy Analysis*): *polity* (para denominar as instituições políticas); *politics* (para os processos políticos); e *policy* (para os conteúdos da política). Para ele, alguns conceitos:

- 1- A dimensão institucional *polity* se refere à ordem do sistema político, delimitada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo;
- 2- No quadro da dimensão processual *politics* tem-se em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição;

3- A dimensão material *policy* refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas. (FREY 2000, p. 216 e 217).

Sob a visão de *Polity*, conforme Matias-Pereira (2010) expõe-se à dimensão institucional delineada pelo regime jurídico e institucional do sistema político administrativo. Sob dimensão *Politics* o autor aflige-se com o processo político, referente a imposição de propósitos, aos procedimentos referenciais e as decisões de distribuição. E sob termo *Policy* ele ainda discorre sobre o conjunto de métodos formais e informais que são expressos pela relação de poder e que se dispõe à resolução pacificada dos conflitos. Como instrumento de grande importância, de acordo com Frey (2000) destaca o Ciclo das Políticas Públicas (*Policy Cycle*), com uma subdivisão pertinente em 5 fases:

[...] Proponho distinguir entre as seguintes fases: percepção e definição de problemas; agenda-setting; elaboração de programas e decisão; implementação de políticas e, finalmente; a avaliação de políticas e a eventual correção da ação. (Frey 2000, p. 226)

Frey ainda cita que o Ciclo das Políticas Públicas serve como um modelo curioso para a análise de vida, por intermédio de elementos do processo político-administrativo, envolvendo os diversos atores.

Pinto (2008) contribui tentando demonstrar a integração entre os intuitos e condutas entre o grupo social, político e econômico, em oposição ao governo, assim como esclarece sua relação. Para Rua (2009) as etapas sequenciais e interativas do Ciclo das Políticas são: formação de agenda, formulação, implementação, monitoramento e avaliação.

Segundo Matias-Pereira (2010) a política abrange mais que uma decisão e solicita diversas atitudes estrategicamente escolhidas para complementar as decisões tomadas. As decisões políticas são oriundas da seleção das alternativas propostas, distribuída sob hierarquia entre os atores e da escolha que melhor se adapte do meio ao fim pretendido.

O método de formulação das Políticas Públicas, é conhecido também como ciclo das Políticas Públicas, este que aponta as diversas fases, que serão apresentadas na imagem 03 a seguir:

Figura 3: Ciclo das Políticas Públicas



Fonte: Politize, (2016).

No desenvolvimento do ciclo da gestão pública, conforme, Rua (2009) diz que na elaboração da fase Formação de Agenda, é definido as prioridades para o governo, assim reconhecendo-as como uma problematização política diante da definição do problema e da análise. Seguindo, temos a formulação de políticas que evidencia as propostas ou alternativas para sua solução e o processo de tomada de decisão que se refere na definição de qual ação, quais recursos e o tempo necessário para que se resolva a problematização.

Ainda para Rua (2009), a implementação se forma por conjunto de eventos e atividades que são ocasionadas após a explicação das diretrizes da política abrangendo os esforços de gerenciá-la e o embate sobre as pessoas e os processos.

Sob o mesmo ponto de vista do autor, na fase de avaliação, existe os procedimentos de analisar os objetivos da política mediante os critérios de valores. “Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem” segundo Teixeira (2002, p. 02).

Souza (2006) ressalta que após identificadas, formadas e formuladas, as políticas se estendem em planos, programas, projetos, sistemas de informação e pesquisas.

3.5 GESTÃO PÚBLICA

De acordo com Nascimento (2010) gestão refere-se a uma prática que deve de ser detalhada para alcançar os fins determinados. Nestas circunstâncias, conforme Santos (2006) a gestão pública pode ser conhecida como controle dos negócios do Governo através da Administração Pública que busca responder as preferências da coletividade, isto é, ao interesse público.

Segundo Marini & Martins (2009, p. 15) “Uma boa gestão é aquela que alcança resultados que, em última análise, significa, no setor público, atender às demandas, interesses e expectativas dos beneficiários, criando valor público”.

Segundo Brasil (2011) ao se tratar de gestão pública e do seu comportamento diante da sociedade é preciso compreender primeiramente o vínculo entre o Estado, Governo, Administração e Gestão Pública.

O estado é o agrupamento de poderes políticos de uma nação, é a organização que executa o poder supremo em relação ao conjunto de indivíduos que envolvem determinado território, tendo como competência influenciar de forma decisiva na ação e comportamento das pessoas, conforme Coelho (2009).

De acordo com Santos (2006) o Governo em uma acepção institucional é a união de poderes e órgãos constitucionais. Neste mesmo sentido, Coelho (2009) salienta que é através do governo que se converte em atos o interesse do Estado, e é a maneira como o estado procura garantir a satisfação das necessidades coletivas que é dada pela Administração Pública.

A administração Pública é toda a instrumentalização do Estado preordenado à realização de seus serviços, objetivando o bem-estar social das necessidades coletivas, de acordo com Meirelles (2000).

Para Tenório (2010, p. 114) administrar é “gerenciar os propósitos de um governo e os negócios de estado, procurando atender ao todo, o coletivo, a sociedade sem discriminação” e, o termo público é definido no dicionário Aurélio como sendo um adjetivo “pertence ou relativo a um povo ou ao povo, interesse público que serve para uso de todos [...]”.

De acordo Batista (2015), a ética na gestão pública está ligada de maneira direta ao modo pelo qual as ações realizadas pelo Estado são conduzidas e o guia dessas ações são os modelos de gestão. O Brasil teve três modelos de gestão distintos, que serão explicados no quadro 02 a seguir.

Quadro 2: Modelos de Gestão.

MODELO DE GESTÃO	DESCRIÇÃO
Patrimonialista	Nesse modelo de gestão, o Estado era uma associação que teria que ter suas necessidades realizadas através do trabalho de seus governados (sociedade). Os administradores conseguiam suas funções de trabalho por meio da indicação do Estado (BATISTA, 2015). (MARINI, 2009, p.4) diz que no modelo patrimonialista, “a gestão dos negócios governamentais caracterizava-se por um modelo fortemente centralizado e pela ausência de critérios e métodos científicos de gestão”.
Burocrático	De acordo (BATISTA, 2015), esse modelo de gestão de gestão busca diminuir a corrupção e dar mais impessoalidade as operações da administração pública. Nesse mesmo sentido (SARTURI, 2013), diz que neste modelo é empregada uma série de parâmetros cuja finalidade é a defesa da coisa pública. Ressalta aspectos formais, supervisionando os processos de decisão, instituindo uma hierarquia funcional consistente, firmada nos princípios da profissionalização e formalismo. Neste modelo foram excluídos o nepotismo e as relações de apadrinhamento, os cargos públicos passaram a ser considerada profissão recebendo a devida remuneração.
Gerencial	(BATISTA, 2015) diz que este modelo tem como apoio a preocupação com a aptidão dos serviços prestados e a diminuição dos custos, visa os resultados e o crescimento da governança do Estado. De acordo com o Portal Administração (2014) esse modelo tem como foco a descentralização política e administrativa, possui poucos níveis hierárquicos, tem uma flexibilidade organizacional boa e uma administração direcionada a excelência no atendimento a sociedade e aperfeiçoa sua concorrência através de mecanismos de quase-mercado ou concorrência administrada.

Fonte: Própria Autora (2018), com base em Batista (2015), Marini (2009), Sarturi (2013) e Portal da Administração (2014).

No início do século XX, segundo Silva (2009) o país dotava de um Estado oligárquico em sua condição política, com o poder centralizado por um grupo aristocrático-burocrático de juristas, militares e letrados.

O processo de descentralização se deu conforme ainda cita o autor devido a democratização do Brasil, o que permitiu a participação mais ativa dos vários segmentos da sociedade na tomada de decisão.

A partir da Constituição Federal de 1988, surgiu a transparência na gestão pública com o advento da retomada do Estado Democrático de Direito. O Estado passa por um processo de mudanças que impulsiona a população a cobrar mais nitidez em sua gestão fortalecendo ainda mais a Accountability, segundo Dantas (2015).

Bizerra (2011) ressalta que surgiu uma nova forma de administração a governança pública que passou a constitui um conjunto de princípios básicos que direcionam o gestor público ao alcance da eficiência, eficácia e efetividade nos resultados, através de um direcionamento de suas atividades propiciando a boa pratica da (accountability) e transparência de suas ações.

Accountability e transparência estão fortemente juntas e, aumentar a transparência administrativa possibilita a sociedade a ter mais informações de fácil entendimento sobre o ente público disponível ao cidadão para controlar os atos da gestão Pública, conforme Amorim, Santos e Gonçalves (2017).

De acordo com Viana (2010) a governança pública ainda apresenta como base os princípios da legalidade e legitimidade que se mostra como um rigoroso valor de mercado onde a relação entre contexto público e social representa um papel crucial como um conjunto de princípios alicerces do direcionamento do setor público da sociedade.

Ainda cita o autor que na governança pública e possível distinguir três diferentes padrões de valores conforme a seguir:

- 1- O governo é destinado a ser apoio e propositor. Os principais valores são: efetividade, eficiência, parcimônia e desempenho;
- 2- Os valores centrais são: honestidade e justiça. Como princípios centrais destacam-se: a justiça social, a equidade, a legitimidade e o próprio cumprimento do dever;
- 3- Robustez e elasticidade são dominantes. O governo deve ser: confiável, robusto, adaptado, seguro, confiante e capaz de sobreviver a catástrofes.

Mauss e Souza (2008) ressalta que as decisões dos gestores estão direcionadas a prestação de um bom serviço público possível, atentando-se a recursos disponível para sua realização. E o resultado é mensurado por meio da qualidade e do volume de serviços oferecidos, o resultado econômico e a contribuição para a população.

Cavalcante e Peci (2005) ressalta que o Estado passa a integrar um papel importante no processo de desenvolvimento, mostrando sua capacidade de representar a população.

3.6 ALIANÇA DO TOCANTINS

Em meados de 1956, Aliança do Norte – povoado, como era conhecido na época – foi fundado, a partir de 1960 foi transformado em distrito de Gurupi-TO. Em 10 de janeiro de 1988, o distrito teve sua criação e se transformou em município autônomo pelo decreto nº10.439 e foi instalado em 01 de janeiro de 1989. Com a criação e implantação do Estado do Tocantins, Aliança do Norte passou a se chamar Aliança do Tocantins (CÂMARA DE ALIANÇA, 2016).

A seguir na imagem 04, o mapa do município de Aliança do Tocantins, atualmente:

Figura 4: Mapa do Município de Aliança do Tocantins



Fonte: Google.maps (2018)

Segundo, (CIDADE-BRASIL, 2016) o município brasileiro de Aliança do Tocantins é pertencente ao Estado do Tocantins. De acordo o (IBGE, 2010) último senso, há cerca de 5.671 habitantes na cidade, com seu gentílico aliancense.

(CÂMARA DE ALIANÇA, 2016) expressa que o município está localizado ao sul do Estado na mesorregião Ocidental do Tocantins e na microrregião de Gurupi com uma latitude 11°18'22" sul e a uma longitude 48°56'09" oeste, estando a uma altitude de 333 metros. Em seguida na imagem 05, o mapa do Estado do Tocantins com ênfase no município estudado, para que se melhor entenda suas localidades:

Figura 5: Mapa do Tocantins



Fonte: CAGED (2010)

Aliança do Tocantins margeia a BR153. Diz também, que os municípios Crixás do Tocantins, Dueré, Gurupi, Brejinho de Nazaré e Peixe são os que fazem fronteira. A área territorial do Município é de 1.540,6 km; a distância entre a Capital tocantinense (Palmas) e Aliança pela rodovia é em torno de 165km; Aniversário do município: 10 de janeiro (CAMARA DE ALIANÇA 2016)

4. DESENVOLVIMENTO E ANALISE DOS RESULTADOS

A pesquisa está voltada na descrição dos índices de desenvolvimento social e econômico da cidade de Aliança do Tocantins, nos anos de 2009 a 2016. Os dados para realização da pesquisa, foram retirados do site do IBGE e sistema Firjan de desenvolvimento municipal.

4.1 ÍNDICE ECONÔMICO

As análises em cima dos indicadores econômicos foram voltadas no número de empresas atuantes e no salário médio (salário mínimo), posteriormente ter uma análise em relação ao PIB.

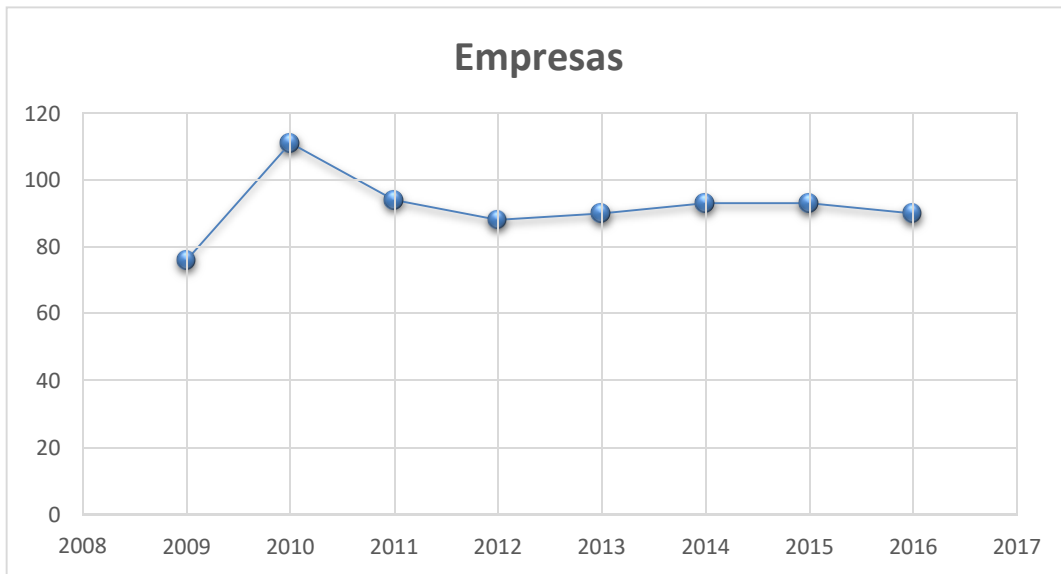
Tabela 1: Indicadores Econômicos

Indicadores Econômicos		
ANO	NUMERO DE EMPRESAS ATUANTES	SALÁRIO MÉDIO (SALÁRIO MÍNIMO)
2009	76	1,6
2010	111	1,6
2011	94	1,7
2012	88	1,8
2013	90	1,7
2014	93	1,8
2015	93	1,8
2016	90	1,8
MEDIA	91,875	1,725

Fonte: Autora, (2019). Dados retirados do IBGE Tocantins.

Na tabela temos a média do número de empresas, sendo de 91,8 é interessante observar que nos quatro últimos de pesquisa os dados ficaram próximos a médio, já nos outros anos as alterações são maiores, o que significa que muitas empresas abriram e fecharam, e só depois a cidade conseguiu manter uma estabilidade no seu número de empresas atuantes.

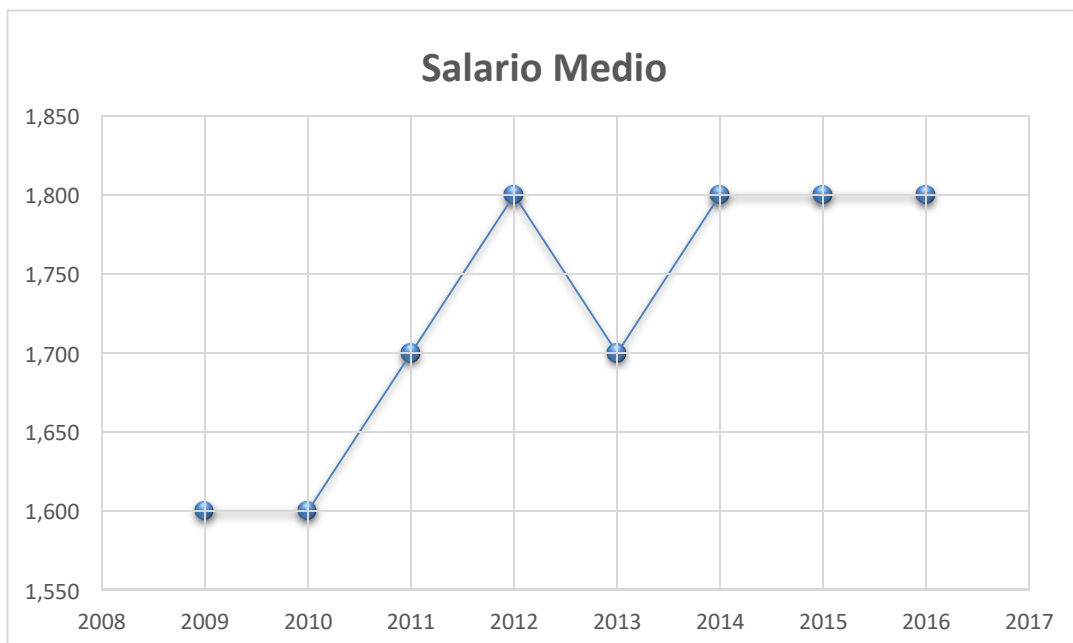
Gráfico 1: Número de Empresas



Fonte: Autora, (2019). Dados retirados do IBGE Tocantins.

No gráfico de empresas, note-se uma elevação já no primeiro ano de análise, e nesse mesmo ano foi o pico, o seu maior número registrado, posterior a esse acontecimento ocorreu um leve declínio voltando a subir e a cair novamente, mas não chegando ao seu ponto de 2010, no entanto houve uma estabilidade no número de empresas na cidade. E ainda o resultado que indica o menor valor, aconteceu no primeiro ano de pesquisa em 2009.

Gráfico 2: Salário Médio



Fonte: Autora, (2019). Dados retirados do IBGE Tocantins.

No gráfico do salário médio, nos dois primeiros anos a média foi a mesma, posteriormente houve um crescimento tendo um pico em 2012, mas esse índice volta a cair logo no ano seguinte, e nos três últimos anos de análise a mesma se manteve as alterações.

Em relação ao PIB (produto interno bruto), sua função está em medir os bens e serviços da região. Esse indicador influencia no crescimento da cidade, no quão a cidade está crescendo economicamente

Tabela 2: PIB

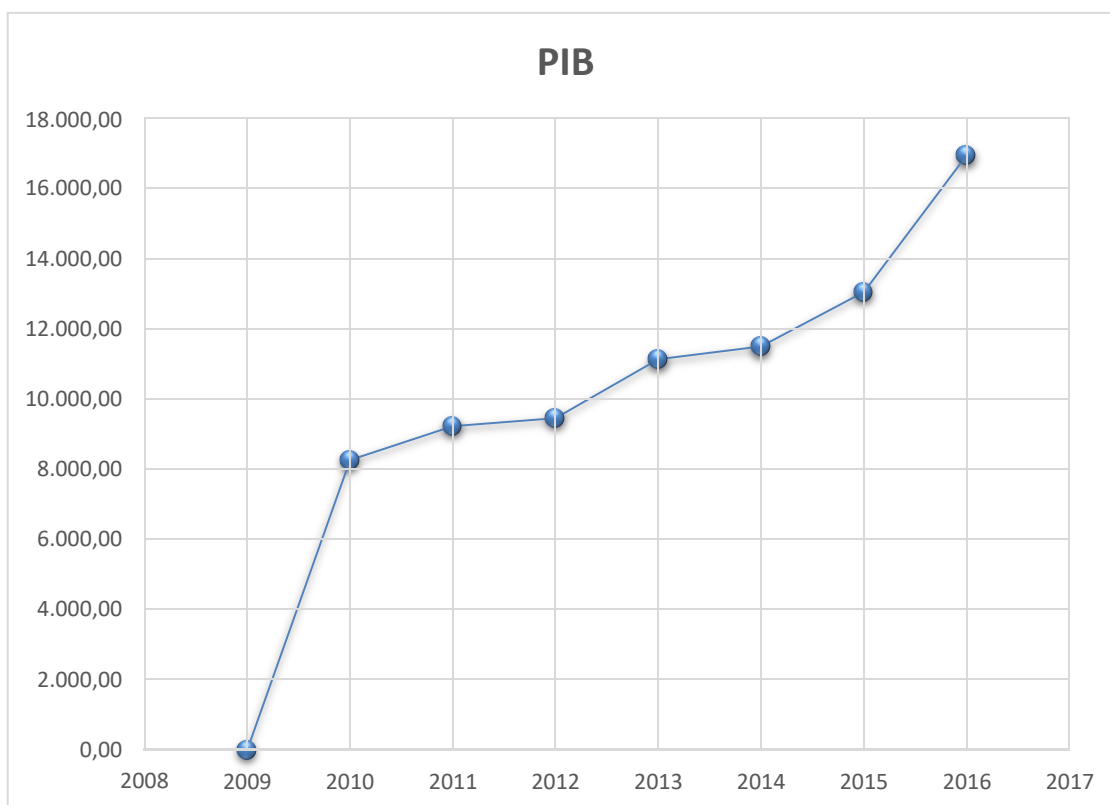
ANO	PIB
	Per capita (serie revisada)
2009	não tem dados
2010	8.257,79
2011	9.227,67
2012	9.451,09
2013	11.131,52
2014	11.494,58
2015	13.052,35
2016	16.945,25
MEDIA	11.365,75

Fonte: Autora, (2019). Dados retirados do IBGE Tocantins.

Todos os dados com relação ao PIB, foram retirados do IBGE, portanto como ilustrado na tabela, no ano de 2009, não foram expostas as informações sobre esse indicador no ano mencionado. A partir de 2010, quando se tem os dados necessários para a pesquisa, nota-se que o PIB do município cresceu no decorrer dos anos, tendo como media o valor de 11.365,75 um valor que está próximo dos anos de 2013 e 2014.

Uma análise feita com Brejinho de Nazaré – TO, município que faz divisa com Aliança do Tocantins e tem quase as mesmas características, notamos que o comportamento do PIB per capita foi igual ao do município de estudo. Dados disponíveis de 2009 a 2014, com alterações de 8.176,86 a 16.482,31.

Gráfico 3: PIB



Fonte: Autora, (2019). Dados retirados do IBGE Tocantins.

No gráfico, é de melhor percepção o crescimento do PIB no decorrer desses 7 anos que foram obtidas as informações do IBGE. Note-se que o ano em que houve um crescimento de maior relevância, foi de 2015 para 2016, antes disso a evolução desse índice estava de forma mais uniforme.

4.1.1 Salário X PIB

A ter uma comparação entre o PIB e o salário médio das pessoas da cidade, é observado uma grande diferença de valores, o que pode ser gerado uma desigualdade no município estudado. Isso pode ser explicado, por ter uma quantidade

pequena da população com maior concentração de renda, enquanto a maioria das pessoas vivem com o básico da média salarial.

Tabela 3: Salario X PIB

ANO	PIB	SALARIO MÉDIO (SALARIO MÍNIMO)
	PER CAPITA (SERIE REVISADA)	
2009	não tem dados	1,600
2010	8.257,79	1,600
2011	9.227,67	1,700
2012	9.451,09	1,800
2013	11.131,52	1,700
2014	11.494,58	1,800
2015	13.052,35	1,800
2016	16.945,25	1,800
MEDIA	11.365,75	1,725

Fonte: Autora, (2019). Dados retirados do IBGE Tocantins.

Tendo em consideração a Lei de Orçamento Anual (LOA), onde é dividida em três partes: investimento fiscal, orçamentário e seguridade social. O orçamento como um todo deve garantir a desigualdade da região, porém tem ênfase maior no orçamento fiscal e de investimentos, que segundo o art. 165 da CF, esses dois indicadores em concordância com o plano plurianual tem a função de reduzir as desigualdades da região.

Portanto, com a discordância entre ambos os valores, mostra que o orçamento não está sendo bem elaborado ou aplicado na cidade, para que tenha uma diminuição nessa desigualdade. A criação de políticas públicas é uma forma que o gestor responsável tem de elaborar planos que podem fazer com que essa diferença diminua.

4.1.2 Firjan De Gestão Fiscal

O sistema do Firjan de gestão fiscal tem a função de medir a contabilidade da cidade, a geração de emprego e renda. No presente trabalho tem se analise na área de investimentos, pois de acordo com a metodologia do sistema, esse índice tem a função de garantir o crescimento econômico, calculado pelo orçamento de investimentos municipais, para que a sociedade tenha um melhor bem-esta.

Ainda sobre o índice de investimentos, são exemplos deste, a infraestrutura em: Escolas e hospitais bem equipados, ruas pavimentadas, saneamento, iluminação pública, entre outros, são todas as atividades econômicas locais que geram bem-estar para a população, segundo a metodologia do IFGF, edição 2019.

Ainda como analise dos índices do sistema Firjan de gestão fiscal, tem-se o estudo na categoria de IFGF – Geral. Nesse índice é a junção de todas as áreas: autonomia (capacidade de financiar a estrutura administrativa); Gastos com pessoal (grau de rigidez do orçamento); Liquidez (cumprimento das obrigações financeiras); e por fim a de investimentos (capacidade de gerar bem-estar e competitividade)

Tabela 4: Firjan de Gestão Fiscal

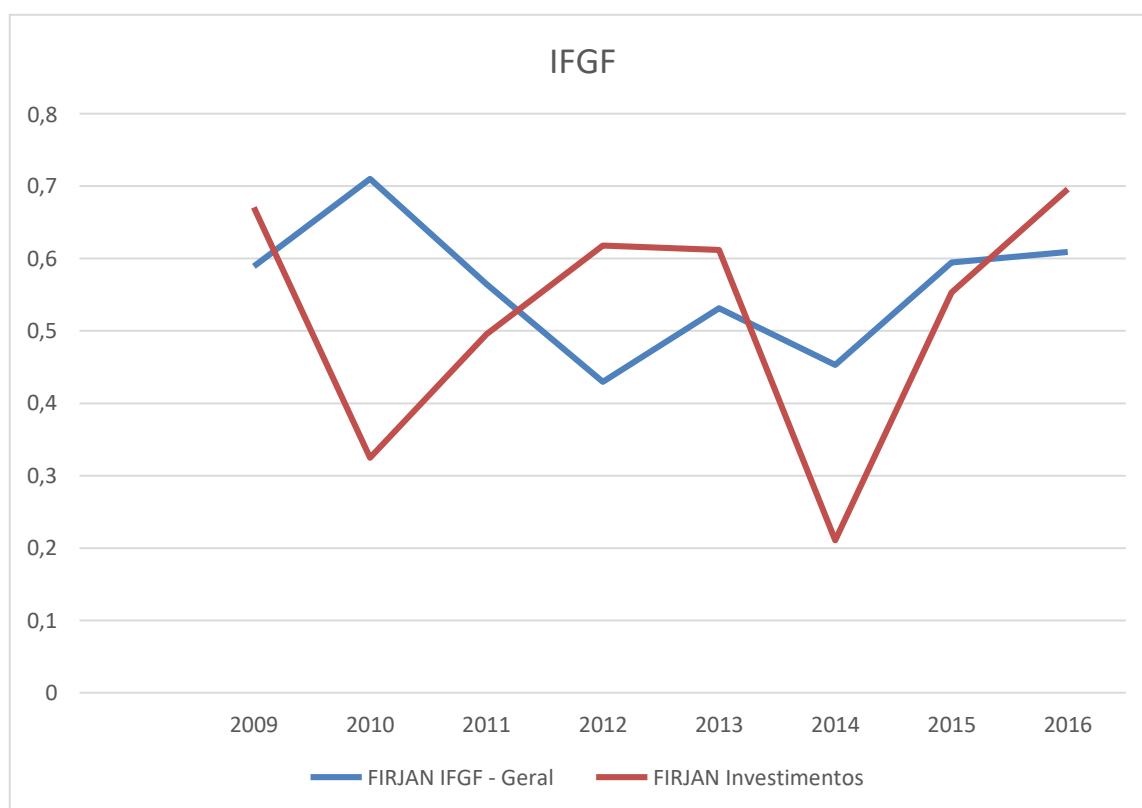
ANO	FIRJAN	
	IFGF – GERAL	INVESTIMENTOS
2009	0,5894	0,6708
2010	0,7100	0,3247
2011	0,5644	0,4954
2012	0,4297	0,618
2013	0,5314	0,6118
2014	0,4530	0,2106
2015	0,5945	0,5532
2016	0,6093	0,6957
MEDIA	0,5602125	0,522525

Fonte: Autora, (2019). Dados retirados do Firjan de Gestão Fiscal.

Na tabela, tem-se os índices gestão fiscal geral e de investimentos. De acordo com a metodologia, os valores encontrados abaixo de 0,4 a gestão da cidade se encontra em estado crítico, portanto observando os dados, essa situação se apresenta nos anos de 2010 e 2014, na categoria de investimento apenas.

O resultado da media encontrado em ambas as categorias (geral e investimentos), de acordo com o IFGF, a gestão da cidade está em dificuldade.

Gráfico 4: IFGF



Fonte: Autora, (2019). Dados retirados do Firjan de Gestão Fiscal.

No gráfico, com os indicadores do IFGF geral e de investimentos, note-se com melhor nitidez, as duas quedas que a categoria de investimentos obteve no decorrer dos anos analisados. Nesses dois anos em declínio, sua gestão se encontrava em estado crítico, como mencionado anteriormente, mas a cidade não teve apenas investimento em situações não favoráveis, metade dos anos analisados (quatro anos) a sua gestão ficou classificado como Boa.

Enquanto a gestão teve muitos altos e baixos, o índice geral, que é junção de todas as categorias tem seus valores mais uniformes. Suas quedas não chegam a

ficar em estado crítico a gestão, a maioria dos valores ficam na classificação de gestão em dificuldade, apenas nos anos de 2010 e 2016 tem como resultado uma boa gestão.

Em comparação ao município de Brejinho de Nazaré – TO, identificamos que os resultados foram os mesmo no indicador IFGF – GERAL, ou seja, teve o mesmo comportamento no decorrer dos anos, já no indicador Investimentos, os números foram diferentes do município de Aliança, o indicador inicia com um resultado em uma Gestão de Excelência com resultados entre 0,8 a 1,0 e com o decorrer dos anos teve um pequeno declive para a Boa Gestão 0,6 a 0,8.

4.2 INDICADORES SOCIAIS

Nesse indicador, se estuda o nível de desenvolvimento social, no presente trabalho, foi trabalho apenas com um indicativo o número de escolas, tendo com fonte o IBGE; e a evolução do nível da educação na cidade de acordo com a metodologia do sistema Firjan de desenvolvimento municipal.

É importante ressaltar, que no indicador de número de escolas, retirado do site do IBGE Tocantins, na tabela a seguir é a soma de todas os colégios registrados na cidade segundo o mesmo sitio eletrônico. Então essas escolas são as de ensino: pré-escolar; fundamental e ensino médio.

Tabela 5: Indicadores Sociais

Indicadores Sociais		
ANO	Nº DE ESCOLAS	IFDM-EDUCAÇÃO
2009	9	0,7004
2010	13	0,6878
2011	11	0,7362
2012	12	0,7543
2013	11	0,772
2014	10	0,7849
2015	8	0,7999
2016	8	0,7894
MEDIA	10,25	0,7531125

Fonte: Autora, (2019). Dados retirados do Firjan de Gestão Fiscal.

O sistema Firjan de desenvolvimento municipal tem suas classificações diferentes do outro já analisado (gestão fiscal). Portanto, entre 0,6 e 0,8 os indicadores representam um desenvolvimento moderado, logo, analisando a tabela pode se perceber que no decorrer de todos os anos analisados, os dados variam dentro desses valores mencionados. Então, seguindo esse raciocínio, a sua média vai está também na mesma classificação de desenvolvimento moderado.

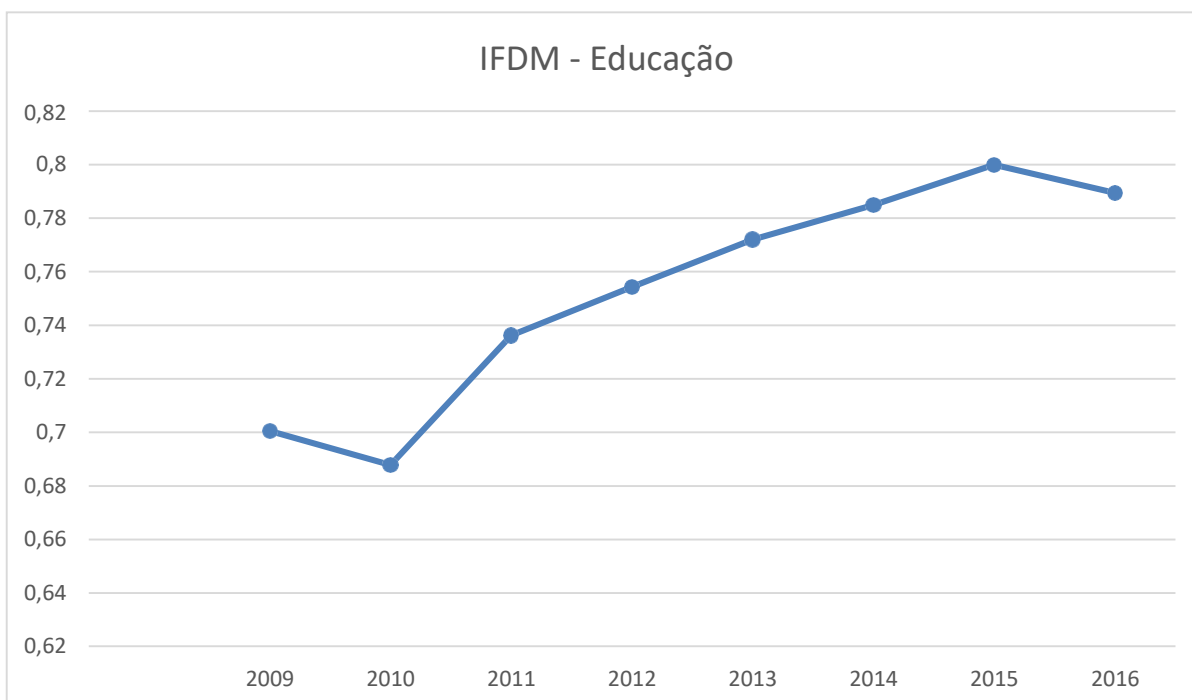
Gráfico 5: Número de Escolas



Fonte: Autora, (2019). Dados retirados do site do IBGE Tocantins.

A analisar apenas o índice de escolas, se observa um pico já no segundo ano de análise, esse mesmo ano teve o maior registro de número de escolas dentro dos oito anos de análise. Posteriormente, esse elevado soma de 2010, esse índice teve só quedas, tentou se recuperar em 2012, porem nos anos subsequentes se obtiveram novos declínios. Nos dois últimos anos, foi onde teve seus piores resultados, o menor número de escolas.

Gráfico 6: IFDM - Educação



Fonte: Autora, (2019). Dados retirados do Firjan de desenvolvimento municipal.

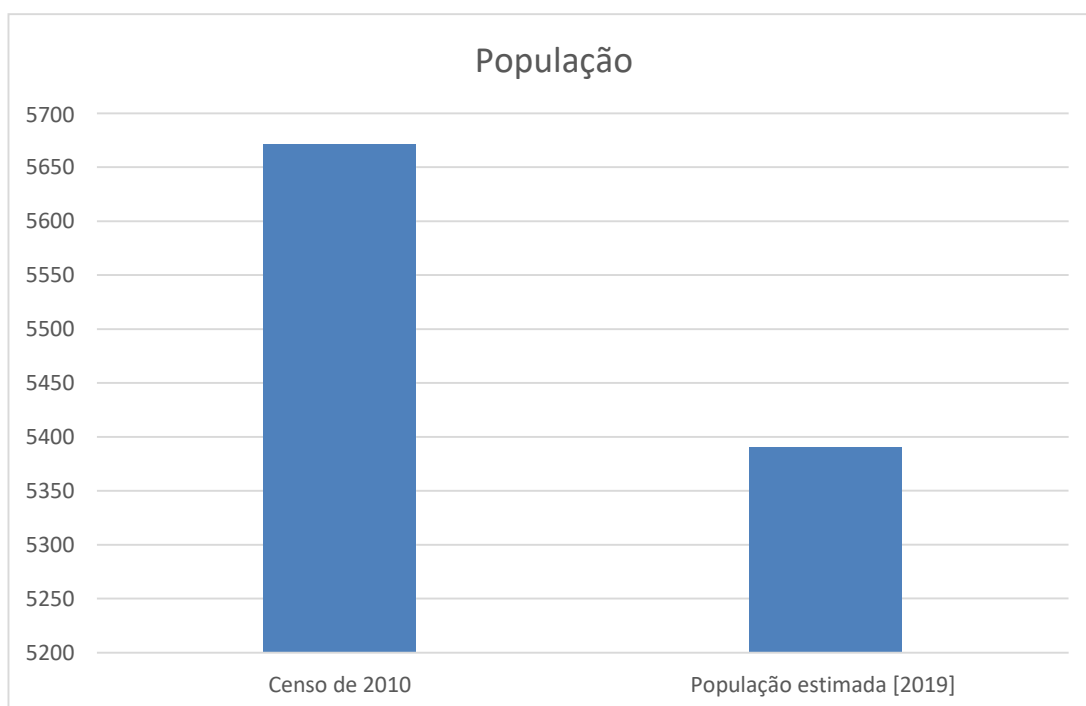
A reta do gráfico que representa o desenvolvimento das escolas é o contrário da reta que representa o número de escolas. No desenvolvimento da educação na cidade de Aliança, começa com o índice baixo, e no decorrer dos anos esse item cresce tendo uma evolução crescente, atingindo seu pico em 2015, posteriormente ocorreu um pequeno declínio para o último ano de pesquisa.

Em comparação do número de escolas com o índice Firjan de desenvolvimento na educação, pode se notar que um não depende do outro, ou seja, a quantidade de escolas não define o desenvolvimento da educação de uma cidade.

4.2.1 População

Neste indicador o instituto brasileiro de geografia e estatística descrevem os seguintes indicadores de População estimada [2019] com 5390 habitantes, no último censo (2010) com 5671 habitantes e com densidade demográfica de 3,59 hab./km². (IBGE, 2019). O que significa, que a população diminuiu no decorrer desses dez anos, apesar do PIB da cidade está cada ano maior, fica subentendido então ainda mais a desigualdade social, a concentração de renda nas mãos de poucos. No gráfico a seguir fica melhor de evidenciar essa queda na população.

Gráfico 7: População



Fonte: Autora, (2019). Dados retirados do site do IBGE Tocantins.

Diferente de Aliança do Tocantins, Brejinho de Nazaré teve um aumento na população que saiu de 5.185 habitantes, de acordo com o último censo de 2010, para 5.497 habitantes, de acordo com a estimativa de 2019.

5. CONSIDERAÇÕES

A finalidade desta pesquisa foi analisar os indicadores econômicos e sociais no contexto do desenvolvimento regional de Aliança do Tocantins. Observa-se que houve um aumento significativo do PIB/ per capita – Produto Interno Bruto per capita, porém esse fator não refletiu em melhorias para a população, pois o salário médio dos trabalhadores estabilizou-se e com a redução no número de empresas que dificulta ainda mais a geração de emprego e renda. Este fator indica que durante o período analisado o município apresentou um crescimento da desigualdade social.

O aumento do PIB poderia ter refletido no aumento de escolas municipais, porém foi observado o encolhimento das mesmas. Apesar deste encolhimento, houve significativa evolução no índice de desenvolvimento escolar. Este fator indica que Aliança do Tocantins apostou em reduzir custo com manutenção de escolas deficitárias e investir em melhorias nas escolas com melhor aproveitamento.

Durante o período analisado o município de Aliança apresentou uma diminuição do número de habitantes. Apesar deste encolhimento, o município apresentou o crescimento do PIB per capita e melhoria no índice IFDM de desenvolvimento educacional. Mesmo com o progresso destes indicadores não houve evolução na qualidade de vida das pessoas já que os salários mantiveram-se estáveis. Este fato indica que não houve desenvolvimento sustentável em Aliança do Tocantins durante os anos da pesquisa. Num ambiente de desenvolvimento regional pleno os indicadores econômicos e sociais devem refletir em qualidade de vida e melhor distribuição de renda entre os habitantes de uma cidade.

Portanto, por causa da economia que está em decréscimo, pois está a ter uma concentração de renda nas mãos de poucos e a cada ano a população diminui, o índice educacional da cidade, que é crescente, não consegue manter as pessoas no município. Com isso, permite aos cidadãos a migração para cidades maiores da região, pois as pessoas estão em busca de um lugar com melhor infraestrutura e qualidade de vida, onde não tenha uma desigualdade social tão alta. Então, subentende-se que não houve desenvolvimento no município de Aliança durante o período de 2009 a 2016, de acordo aos indicadores analisados.

Com relação a análise de Aliança do Tocantins e Brejinho de Nazaré, que é um município que faz limite com Aliança e tem suas características parecidas, notamos que durante o período de estudo, o PIB de ambos municípios teve o mesmo comportamento, o IFGF também teve a mesma conduta em Aliança e Brejinho, o indicador Investimentos em Brejinho de Nazaré aumentou resultado diferente do município de estudo e o número da População teve resultados distintos, Brejinho de Nazaré teve com crescimentos dentro do período de 2009 a 2016.

Deste modo, sub entende-se que Aliança do Tocantins possivelmente está se tornando um município satélite da sua macroregião Gurupi, percebe-se também que dentro do período de 2009 a 2016, o município pode ter tido uma má gestão, com isso os indicadores resultam e se expressam dessa forma.

Pra melhorar a situação atual do município, poderia ser criada algumas políticas públicas e projetos para cativar a população, fazendo com que os habitantes permanessem na cidade. Além disso, buscar parcerias com empresas para que se instalem no local, gerando um aumento na empregabilidade e renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Gilberto G. de; GONÇALVES, Marcos V. O.; SANTOS, Lucas R. S. dos. **Transparência Governamental: Portais da Transparência dos municípios da região sul do Tocantins.** 2017. 25f.

BATISTA, Vagner de Souza. **Gestão pública no Brasil: modelos e formas de controle na busca pela ética e eficiência.** 2015. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,gestao-publica-no-brasil-modelos-e-formas-de-controle-na-busca-pela-etica-e-eficiencia,52600.html>>. Acesso em: 26 de dezembro de 2018.

BIZERRA, A. L. V. **Governança no setor público: a aderência dos relatórios de gestão do Poder Executivo municipal aos princípios e padrões de boas práticas de governança.** 2011. 124f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL, Cintia Fernanda. **POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE JURANDA/PR.** 2011. 102 f. Monografia-Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal. Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR- Paraná. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1142/1/CT_GPM_I_2011_17.PDF> acesso em: 26 de novembro de 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O CONCEITO HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.** 2006. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 26 de dezembro de 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.** 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2018.

CAGED. **Ministério do Trabalho.** 2018. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>. Acesso em: 27 de dezembro de 2018.

CAMARA DE ALIANÇA, Poder Legislativo do Tocantins. **APOSTILA: história do Município de Aliança do Tocantins – TO.** 2016. Disponível em: <<http://www.aliacadotocantins.to.leg.br/institucional/o-municipio/concurso-prefeitura-municipal-de-alianca-do-tocantins/apostila-historia-do-municipio-de-alianca-do-tocantins-to/view>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2018

CAVALCANTE, Bianor Scelza; PECCI, Alketa. **Desenvolvimento e construção nacional: políticas públicas.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

CAVALCANTE, Maria Regina. **Análise do Comportamento - Avaliação e Intervenção**. 2008. Editora Roca

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CIDADE BRASIL. **Município de Aliança do Tocantins**. 2016. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-alianca-do-tocantins.html>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2018.

COELHO, Ricardo Correa. **Estado, Governo e Mercado**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Brasília, DF. Senado Federal.

DANTAS, Cristovam Grazina. **TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA**: um estudo de caso da legislação, ferramentas e avanços recentes. 2015. 63f. Monografia (Título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas) Faculdade de Ciências Aplicadas na Universidade Estadual de Campinas. Limeira-São Paulo. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/temasadm/article/download/6327/4715>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurelio** Século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa. 4 eds. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/vi>>. Acesso em: 08 de dezembro de 2018.

GIL, A.C. **Como elaborar os projetos de pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOOGLE MAPS. **Mapa Aliança do Tocantins**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Alian%C3%A7a+do+Tocantins,+TO,+77455-000/@-11.3057487,-48.9455862,15.25z/data=!4m5!3m4!1s0x933c1a740b7b10e7:0x66be6395e541f678!8m2!3d-11.3057868!4d-48.9383336>>. Acesso em: 26 de dezembro de 2018.

GREMAUD, Amaury Patrick; et al. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **História Aliança do Tocantins**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/alianca-do-tocantins/panorama>>. Acesso em: 27 de dezembro de 2018.

IFDM, **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. 2016. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/data/files/46/21/E2/BD/DF834610C4FC8246F8A809C2/Metodologia%20IFDM%20-%20Final.pdf>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

IFGF, **Índice FIRJAN Gestão Fiscal**. 2016. <<https://www.firjan.com.br/data/files/E2/82/21/A0/9AF3E5107210A3E5A8A809C2/Anexo%20Metodol%C3%B3gico%20IFGF%202017.pdf>>. Acesso em: 15 de dezembro 2018.

JARÁ, Carlos Júlio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**: desafios de um processo em construção. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA): Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco – SEPLAN, 1998. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=N8kqAAAAYAAJ&pg=PA49&lpg=PA49&dq=a+sustentabilidade+do+desenvolvimento+local:+desafios+de+um+processo&source=bl&ots=BQLglUctHP&sig=sAB_xR-szxGERdNjotXmOs3e1ng&hl=ptBR&ei=LOR9TsywDufj0QHH9vX5Dw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&start=2&ved=0CDIQ6AEwAQ#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 26 de dezembro de 2018

JOYAL, A. **Le Développement Local**: comment stimuler l'économie des regions en difficulté. Diagnostic, Les Presses de l'Université Laval, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARINI, Caio; MARTINS, Humberto Falcão. **Governança em ação**. Brasília: Publix Editora, 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública**: foco nas instituições e ações governamentais. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010a.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010b.

MAUSS, César Volnei; SOUZA, Marcos Antônio. **Gestão de custos aplicadas ao setor público**: modelo para mensuração e análise da eficiência e eficácia governamental. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINEZ, Renata de Souza; OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e. **DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL FOMENTADO PELA PARTICIPAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE ATORES SOCIAIS**. FACEF Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão, v.16, n.3 - p.301-312 - set/out/nov/dez 2013. Disponível em:

<file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/755-2477-2-PB.pdf>. Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

MAXIEDUCA. **Crescimento Econômico**. 2016. Disponível em: <<https://blog.maxieduca.com.br/crescimento-economico/>>. Acesso em: 26 de dezembro de 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiro Editores, 2000.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**: Gestão pública aplicada: União, Estados e Municípios, gestão pública no Brasil, de JK à Lula, gestão orçamentária e financeira, a gestão fiscal responsável, tributação e orçamento, tópicos especiais em contabilidade pública, gestão das contas nacionais, gestão ecológica e ambiental. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA, S.L. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2002.

PINTO, Isabela Cardoso de Matos. **Mudança nas políticas públicas**: a perspectiva do ciclo de política. IN: Revista de Políticas Públicas São Luís, v. 12, n.1, p. 27-36, jan/jun. 2008. Disponível em: <<http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/downloa>>. Acesso em: 26 de dezembro de 2018.

POLITIZE. **Ciclo das Políticas Públicas**. 2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/ciclo-politicas-publicas/>>. Acesso em: 26 de dezembro de 2018.

PORTAL DA ADMINISTRAÇÃO. **Administração Pública Gerencial no Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.portal-administracao.com/2014/05/administracao-publica-gerencial.html>>. Acesso em: 26 de dezembro de 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em:

<<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 26 de dezembro de 2018.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SANTOS, Sara. **Conceito de Crescimento econômico**. 2018. Disponível em: <<http://knoow.net/cienceconempr/gestao/crescimento-economico/>> acesso em: 26 de dezembro de 2018.

SARTURI, Claudia Adrielle. **Os modelos de Administração Pública: patrimonialista, burocrática e gerencial**. 2013. Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade de conhecimento. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/os-modelos-de-administra%C3%A7%C3%A3o-p%C3%BAblica-patrimonialista-burocr%C3%A1tica-e-gerencial>>. Acesso em: 25 de dezembro de 2018.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 409 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23° ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Giuliano Alves Borges e. **Desenvolvimento local e gestão municipal: um estudo sobre as políticas públicas para a atração de empresas no município de Araxá-MG**. 2009. 165f. Dissertação (Mestre em Administração de Organizações). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto – São Paulo. 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-03052010-134451/ptbr.php>>. Acesso em: 07 de junho de 2018.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. IN: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez. 2006, p.20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222006000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 de outubro de 2018.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002. Disponível em: http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf. Acesso em: 22 de julho de 2018.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão Social: uma réplica**. In RIGO, A. S.; SILVA

VASCONCELLOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia**. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 292 p.

VIANA, Evandro. **A Governança corporativa no setor público municipal – um estudo sobre a eficácia da implementação dos princípios de governança nos resultados fiscais**. 2010. 121 f. Dissertação (Mestre em Ciências) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto – São Paulo. 2010.

VIEIRA, Anderson Nunes de Carvalho. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: Os principais modelos caracterizados pelas principais Escolas de Pensamento Econômico ao longo dos anos**. 2016.